

# ANTROPOLOGIA PORTUGUESA



Neste número

*Informação Bibliográfica*  
*Trabalhos publicados*  
*em 1991*

Vol.9/10  
1991-1992

---

INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

## RECENSÕES

### **Le Musée d'Ethnographie du Trocadéro (1878-1908) Anthropologie et Muséologie en France**

**Nélia Dias**

*Paris, Ed. du C.N.R.S., 1991.*

Originada numa tese de doutoramento sobre a fundação do Museu de Etnografia do Trocadéro, apresentada em Paris na E.H.E.S.C. e frequentemente referida por variados autores, a publicação recente de *Le Musée d'Ethnographie du Trocadéro (1878-1908), Anthropologie et Muséologie en France*, de Nélia Dias, vem responder às expectativas que essas referências criaram.

Um percurso pelos temas dos novos capítulos do livro, permitirá uma perspectiva completa das opções, e do argumento, da autora. No primeiro identifica, nos seus aspectos cognitivos, o novo domínio antropológico emergente. Para iniciar, no capítulo seguinte, a abordagem ao papel predominante de algumas instituições de investigação difusão e ensino, na sua afirmação no campo intelectual francês. Esta opção por uma abordagem institucional, é defendida pela autora em nome de uma ausência de grandes figuras fundadoras na antropologia francesa; e de uma particular eficácia para «desvelar filiações subjacentes, discernir a permanência de certos temas», permitindo assim perceber o que vem dos Ideólogos iluministas à tradição antropológica inaugurada pelos naturalistas no século XIX, até ao pleno reconhecimento académico no fim dos nossos anos 20. Todo o resto do livro foca as atenções na instituição central no desenvolvimento da disciplina — o museu etnográfico — cuja criação «constitui o traço mais característico do arranque deste domínio de estudos no século passado», conferindo-lhe legitimidade social, mas respondendo também a «uma necessidade interna ao processo científico da antropologia». É deste aspecto, da relação entre o estudo de colecções de objectos materiais e o saber antropológico, que tratam os capítulos III, IV e V; através de uma excelente análise e comparação das

principais concepções da museologia etnográfica nascente, francesas, britânicas, alemãs, americanas. Os três capítulos seguintes dedicam-se ao mais significativo museu oitocentista francês — o Musée d'Ethnographie du Trocadéro, e ao seu fundador e primeiro conservador — Ernest-Théodore Hamy. São o lugar para alicerçar e provar o argumento da inseparabilidade entre a teoria e investigação antropológica e o estudo museológico de colecções de artefactos; para mostrar de que maneira, então, o «campo» dos antropólogos eram os museus, recordando que foi assim também com Bastian, Boas, Klemm, Mason, Pitt Rivers, Tylor. Antes da Conclusão, em que perspectiva os resultados da investigação realizada, em termos da especificidade da antropologia em França, reafirma, no capítulo IX, o papel dos museus, e particularmente do do Trocadéro, na institucionalização da disciplina nesse país.

Além de ler e apresentar o livro, pretendo aqui reflectir sobre o seu lugar nos desenvolvimentos recentes, e significativos, do estudo antropológico da cultura material. Seguindo, de resto, um princípio que orientou a própria autora — reconstruir um «momento fundador» da história da antropologia francesa, tendo em conta «a sua influência no devir ulterior deste campo de estudos». E que, aliado à sua opção por uma abordagem institucional, resulta duplamente positivo e relevante. Por um lado integra o seu trabalho num programa de investigação recente, em que confluem o rigor historiográfico com a consideração do valor epistemológico da antropologia no domínio da história das ciências — de que os trabalhos de G. Stocking nos Estados Unidos, e de A. Kuper na Grã-Bretanha, são marcos fundadores; o que possibilita preencher um período normalmente silenciado na história do desenvolvimento da antropologia francesa, um vazio sempre inquestionado entre a Société des Observateurs de l'Homme (1799-1805) e a escola de sociologia com Durkheim, já no nosso século. Por outro lado, concede-lhe um lugar significativo na renovação recente do interesse pelo estudo das manifestações materiais da vida das sociedades humanas; aponta o papel radical dos objectos materiais nos primeiros desenvolvimentos da nossa disciplina, mostrando que os gabinetes dos «antropólogos de gabinete» oitocentistas eram na realidade os museus e que os primeiros antropólogos eram na realidade conservadores de museus. E tanto mais quanto a situação francesa no que se refere às relações entre antropologia e museologia apresenta singularidades; e não só na segunda metade do século XIX que Nélia Dias nos mostra, ou no período entre guerras de que tratou J. Clifford e J. Jamin; há nela uma referência mais ou menos sempre presente a cultura material. Justaposta a outras tradições nacionais, britânica, alemã e americana sobretudo, essa especificidade francesa é enfatizada neste livro.

#### *O Domínio Antropológico Emergente*

Se os dois primeiros capítulos nos dão uma panorâmica da emergência francesa do novo domínio antropológico, ficam já também delineadas as bases epistemológicas sem que ele se pretende basear, com as características que o individualizam em relação a outras tradições da nossa disciplina: o projecto sempre de uma antropologia geral, uma «ciência de síntese», lugar de confluência e

articulação de diferentes problemáticas teóricas referidas ao homem, nas suas características físicas, intelectuais e morais; o peso dominante das ciências naturais e da antropologia física, neste período até aqui obscuro da história da antropologia francesa; a ligação íntima entre isto e o papel do museu como lugar privilegiado da investigação antropológica. Quer do estudo das denominações então em uso — antropologia, etnologia, etnografia — e dos seus sentidos, quer do das instituições de investigação e ensino, que se apresenta no capítulo II, resulta claro esse papel de «ciência de síntese» atribuído à antropologia.

Projecto assumido no seu trabalho por alguns dos primeiros autores, programa para outros, simples «ambição-limite», sempre fora de alcance mas sempre pano de fundo, na expressão feliz de G. Lenclud (1986), esta ideia de um saber sintético sobre a unidade do género humano atravessa toda a história da antropologia em França. De Broca e Quatrefages a Hamy e a Rivet, como aponta Nélia Dias, e a Leroi-Gourhan muito evidentemente, mas também a Mauss e a Griaule, e ainda a Lévi-Strauss. Ficamos a saber que os seus repetidos fracassos, adiamentos, e reafirmações, com a antropologia física para um lado e o que hoje chamamos antropologia social ou cultural para outro, vêm também desde o início. Quer os nomes atribuídos à(s) disciplina(s), com os seus sentidos, quer as sociedades científicas em que ela se desenvolveu, com as suas publicações, quer os estabelecimentos em que começou a ser ensinada, e que são analisados, mostram um processo recorrente de afirmações de síntese, mas também de clivagens teóricas e institucionais. Sendo a visão que nos dá das confluências que se tecem e das autonomias que se declaram entre antropologia física, etnologia, antropologia geral, etnografia, sociologia, particularmente bem conseguida, será necessária para termos um quadro mais completo, uma revisão equivalente, mas centrada nos percursos de duas outras linhagens da antropologia francesa: a filosófica e sociológica, de Comte a Durkheim, e a folclorista, da Académie Celtique a van Gennepe.

Esta panorâmica geral sobre o novo «domínio antropológico», como a autora designa o «conjunto dos saberes (antropologia física, etnologia, etnografia) que se formam» na segunda metade do século XIX, é ainda completada por uma revisão da historiografia antropológica, muito numerosa naquele período; e por um mapeamento das fronteiras com as várias disciplinas cujas heranças se pretende fundir na nova «ciência de síntese»: a medicina (e a ligação entre antropologia física e frenologia...), a linguística, a paleontologia, a história natural, a arqueologia, a geografia.

\*\*\*

Mas o tema central da obra, que o título e o sub-título enunciam, é a museologia antropológica. Desde a Introdução, a autora formula as suas questões fundamentais: «como dar sentido à emergência de museus etnográficos e antropológicos a partir dos anos 1850?», «porque razão os objectos, que até então eram olhados só como curiosidades, se revestem de um valor documental e se tornam meios para o conhecimento?», «porque foi a antropologia, no momento da sua formação,

dependente das colecções?», «porque são reunidos e expostos no mesmo lugar, crâneos, esqueletos, artefactos, objectos pré-históricos?». Irá esclarecê-las através do estudo das relações entre o trabalho museológico e o saber antropológico, centrado no caso paradigmático do Museu do Trocadéro, analisado no contexto da discussão museológica francesa da época, e num outro mais amplo que a compara internacionalmente.

Se desde os anos 1920-1930 na antropologia dominante se fez silêncio sobre as manifestações materiais da vida social, ou se as reduziu a um papel periférico ao de outros fenómenos sociais, culturais ou mentais, ao mesmo tempo que se cava um abismo entre os museus e os departamentos universitários e de investigações onde a disciplina passa a fazer-se, os últimos vinte anos são marcados por um novo interesse no seu estudo. Assiste-se a um número crescente de publicações que lhes são dedicadas; procuram-se novas articulações entre a antropologia que se faz e o museu de antropologia; reformula-se, teórica e metodologicamente, e de uma forma ampla, a abordagem da cultura material — por revisões críticas de estudos inovadores (que ultrapassam os estudos tipológicos considerados como um fim, mas também os que a consideram como subsidiária, e um reflexo, de outros fenómenos), alargando o seu domínio às manifestações artísticas, às de produção industrial e de consumo de massa).

O presente livro participa deste movimento. Enquanto trabalho de história da antropologia mostra-nos o papel que aí têm as colecções; encontra objectos, a sua classificação, colecções, a sua exposição, no centro das actividades dos que constituíram a antropologia na segunda metade do século XIX. A autora é categórica: «... a criação de museus etnográficos constitui o traço mais característico do desenvolvimento deste domínio de estudos no século passado» e «não é exagerado dizer que os museus etnográficos do século XIX eram os laboratórios de experimentação do saber antropológico, lugares onde era possível testar as hipóteses e julgar a sua validade».

Todo o livro o mostra e torna compreensível.

#### *Museu Etnográfico, Exposições Universais e Gabinetes de Curiosidades*

Começa pela própria noção de museu etnográfico, situando-se no vastíssimo movimento de criação de museus que, também, caracterizou o século XIX francês (são criados 26 museus entre 1801-1820, 56 entre 1821-1840, 78 entre 1841-1860, 92 entre 1861-1880); analisando as suas relações com as exposições universais e os gabinetes de curiosidades e de história natural. Desde o início, o museu etnográfico distingue-se desse movimento geral; embora fosse incluído, mesmo quando as suas colecções são de objectos exóticos, na celebração nacional que todos os museus eram, as suas ligações com a expansão colonial e as exposições universais, assim como a herança dos gabinetes, irá permitir que se explore de uma forma particularmente fecunda, as potencialidades da instituição museu, e que assuma um carácter diferenciado. Das exposições coloniais, germes de muitos museus antropológicos na Europa e na

América, retirou e desenvolveu a prática das exposições temporárias, das encenações, e a preocupação pedagógica; dirigido a um público muito amplo, de exploradores e futuros colonos, de comerciantes e artesãos, mas também cedo combinou objectivos científicos com uma preocupação de divulgação de conhecimentos. Dos gabinetes, e da sua vocação ordenadora, sobretudo os de história natural, herdou os primeiros modelos sistemáticos de classificação dos objectos — «colectar as produções materiais, significa também submetê-las a um tratamento teórico».

### *Objecto Etnográfico/Objecto Artístico*

Ainda neste mesmo capítulo III, além de mostrar a localização dos fundos etnográficos em França e de a comparar com a de outros países europeus, nas vésperas dos primeiros museus etnográficos, o livro mostra como a nova ciência do homem exige a recolha e a conservação de objectos materiais, vistos desde agora como veículos de conhecimento, os únicos possíveis para a reconstituição das origens da humanidade, das sociedades desaparecidas e das que não têm escrita. E descreve-nos uma primeira construção da categoria «objecto etnográfico», sempre problemática mas sempre usada, do início até hoje; como acontece no sistema dos objectos de Clifford (1985, 1988).

Desde as suas primeiras definições, o seu estatuto é ambíguo: é o objecto que não é nem arqueológico, nem natural, nem artístico; que se caracteriza por ter uma «utilidade prática e social», no dizer de E.F. Jomard. É por ser utilitário que o objecto adquire um valor de conhecimento para o antropólogo, que se torna objecto etnográfico — um documento, um indicador de um determinado estágio de evolução, de relações entre diferentes povos, sempre inserido num quadro que lhe dê sentido — em função de uma lógica classificatória qualquer. A colecta de objectos torna-se indispensável, e a constituição de colecções um objectivo dominante da actividade antropológica. Estudo museológico e antropologia, conservador e antropólogo, confundem-se aqui: o primeiro classifica os espécimes segundo sistemas de classificação definidos pela segunda, reflectindo os seus debates teóricos, experimentando, e pondo à prova as suas hipóteses.

Mas a ambiguidade maior reside na dicotomização objecto etnográfico/objecto artístico. Nélia Dias mostra-o bem, desde a controvérsia sobre o modo de expôr a nova categoria de objectos em gestação: numa exposição despojada, como os objectos artísticos que se bastam na contemplação da sua beleza, ou antes integrados num sistema classificatório e num quadro que os refira ao seu meio originário? Se a opção se fez a favor da segunda hipótese, a autora não deixa de referir que na mesma época, Taine apontava a necessidade de considerar o meio (histórico, natural e humano) para uma boa compreensão das obras de arte.

Este legado ambíguo da antropologia museológica oitocentista, não foi porém ultrapassado até aos nossos dias. A visão do artefacto não-europeu como «objecto etnográfico», e a consolidação deste conceito, se avançam em relação à sua anterior definição como «objecto de curiosidade» constroem-se por exclusão, ou por

confinamento a uma zona obscura, dos elementos que possam pôr em causa a legitimidade do novo conceito. Da sua definição por oposição ao «objecto artístico», fica excluída qualquer consideração séria dos seus valores estético e artístico. Mas, se Hamy e os antropólogos naturalistas do século XIX, só reconhecem nos povos «selvagens» a existência de um «instinto artístico», rudimentar, que só raramente conduz à produção de objectos artísticos, a situação não se mantém calma e inalterável tanto quanto sugere Nélia Dias. Não se pode aplicar, seguramente, à última fase do Museu do Trocadéro, nem ao sucessor do Homem. E muito menos a G.H. Rivière: a exposição de objectos americanos pré-colombianos que organizou com Métraux, no Louvre em 1928, e que resultou no convite de Rivet para que fosse para o Trocadéro, enfatizava o seu interesse artístico, com um catálogo intitulado «Les arts anciens de l'Amérique». E.J. Jamin (1989) cita uma nota de Rivet e Rivière, datada de 1931, em que entre os papéis que atribuem ao museu de etnografia figura: «Um papel artístico: seja nas galerias públicas ou nos armazéns que lhes serão abertos a seu pedido, os artistas e artesãos encontrarão nos objectos de arte primitiva não só a ideia de uma multiplicidade de técnicas desconhecidas na nossa civilização, mas também decorações e formas que refrescarão ditosamente a sua inspiração». Apesar da ambiguidade dicotómica se manter — o que fica muito claro em relação aos objectos de culto, balançando entre obras-primas de uma vaga estética, supostamente universal (a «arte primitiva»), e condensados de crenças, ritos e mitos (o «objet-témoin») — há um abismo entre Hamy e estes autores, e neste ponto particular parecem-me apressadas as conclusões da autora.

A incapacidade de Hamy tem seguramente fundamentos teóricos (a lógica evolucionista e a incapacidade dos «selvagens» para o belo e o sublime), e de estratégia epistemológica (o estatuto do objecto etnográfico como documento); tem ainda fundamentos ideológicos (o carácter universal do «instinto artístico» como parte de unidade do género humano); mas tem também a ver com uma concepção clássica de arte, a Grande Arte. Que, aliada com a grelha evolucionista resulta numa identificação arte-imitação. A citação de Hamy é eloquente: «Acabamos de constatar que qualquer homem, por mais selvagem que seja, possui, um certo grau, uma espécie de instinto artístico, que lhe permite reproduzir a seu modo imagens mais ou menos grosseiras das coisas da natureza, e particularmente a sua figura, reduzida nos primitivos a contornos mais elementares, mas podendo revestir certas características verdadeiramente étnicas em certos grupos menos atrasados».

Acontece que este texto é de 1908, e já um ano antes Picasso pintara as «Demoiselles de Avignon», com uma visita ao Museu de Trocadéro de permeio. Referindo-se ao que aí vira, e sobretudo na galeria africana, Picasso dirá alguns anos mais tarde (Rubin, 1984): «Para mim as máscaras não eram só esculturas... Eram objectos mágicos... intercessores... contra tudo — contra o desconhecido, contra espíritos ameaçadores... Eram para defender as pessoas de serem dominadas por essas forças, para as ajudar a libertarem-se». «Se dermos uma forma a essas forças, libertamo-nos delas». «Nesse momento entendi do que trata realmente a pintura». Acontecia uma profunda reformulação do conceito ocidental de arte, das suas formas,

usos e funções, e do olhar ocidental sobre os objectos «selvagens». E o Museu do Trocadéro, e depois o do Homem, como Clifford tão bem descreveu (1981), serão um lugar, por excelência, onde na França de entre as duas guerras a questão foi retomada. Até hoje.

### *A Ciência dos Objectos*

Os capítulos IV e V centram-se no tema que melhor permite realçar as relações entre prática museológica e saber antropológico — o estatuto do objecto etnográfico, os seus critérios de selecção e o seu sistema de classificação. Analisa os debates sobre os assuntos mais significativos no século XIX. As primeiras sistemáticas da primeira metade do século, que seguem literalmente, como acontece com a arqueologia, o modelo naturalista: do Ideólogo iluminista L.F. Jauffret que, desde 1803 propõe a criação de um museu para «expor todos os produtos da indústria dos selvagens, todos os objectos de comparação que podem servir para dar a conhecer as variedades da espécie humana, assim como os costumes e usos dos povos antigos e modernos.»; do engenheiro-geógrafo E.F. Jomard que projecta em 1831 a criação de um museu etnográfico, com uma classificação dos objectos baseada na sua utilidade e destino, para ilustrar o desenvolvimento da humanidade nas respostas que foi dando a cada uma das suas necessidades (alimentação, vestuário, habitação, equipamento doméstico, etc.); do botânico holandês P.F. von Siebold que propõe também, em 1843, uma colecção etnográfica para o Museu de Leiden, mas privilegiando na sua classificação um critério geográfico, que organizaria os objectos em função da sua pertença a uma sociedade, de que dariam uma visão global.

Num texto posterior, de 1862, Jomard reformula a sua grelha inicial, universal e evolutiva, propondo uma conciliação dela com o critério geográfico de von Siebold. E os museus etnográficos que aparecem no século XIX seguirão um modelo ou outro, ou conciliações de ambos.

Vemos como será assim não só no Trocadéro, mas também em Leipzig, em Oxford e em Washington. Através dos textos dos seus mentores: G. Klemm que se baseia, à semelhança de Jomard, numa concepção em termos de necessidades humanas, para mostrar a unidade da Cultura em geral; Pitt-Rivers que opta por mostrar a evolução das formas externas, na sua colecção de Oxford; O.T. Mason que organiza o Museu de Washington numa dupla perspectiva, permitindo assim seguir a evolução de uma classe de objectos das suas formas mais rudimentares ao seu «estado perfeito», e também abarcar a totalidade das manifestações culturais de uma região.

Em França caberá a Hamy a criação do primeiro museu etnográfico, o do Trocadéro; além de realizador dos só-projectos de Jauffret e Jomard, ele concretiza também a sistemática proposta por este último. Mas o seu trabalho no novo museu parisiense não tem só esta herança. A apresentação dos objectos, a sua distribuição por salas e os agrupamentos em cada uma, evidenciam o interesse de Hamy por uma outra museologia com grande importância na época, a escandinava — fortemente ligada à

exaltação dos valores nacionais, com uma intenção pedagógica, voltada para a reconstituição histórica do passado dos povos.

O sistema de Hamy no primeiro Trocadéro é descrito como uma articulação de vários critérios: geográfico primeiro (Sala da América, Sala de África, Sala da Europa, etc.), etnológico e cronológico depois (em cada Sala os objectos são agrupados por etnias e épocas); dentro de cada uma destas subdivisões os objectos são classificados pela sua utilidade, em função das necessidades humanas hierarquicamente organizadas (das elementares, às derivadas, às intelectuais e afectivas); e em cada classe, divididos segundo variáveis morfológicas (a matéria, a forma, a dimensão, etc.).

Nélia Dias nota que a influência do modelo escandinavo reaparecerá na organização que Rivet e Rivière farão do Trocadéro em 1928; que a opção por uma etnografia entendida como reconstituição do passado irá perdurar na museologia francesa.

#### *O Musée d'Ethnographie du Trocadéro*

Os Três capítulos seguintes traçam a história da fundação do Museu de Etnologia do Trocadéro, analisam as suas colecções e dispositivos de exposição, e refazem o itinerário profissional e intelectual do seu fundador e primeiro conservador.

Mostram como, pouco antes do fecho da Exposição Universal de 1878, um decreto ministerial nomeia uma comissão de homens políticos, muito poucos cientistas, para a criação do Museu; que herdaria não só as colecções apresentadas aí por vários países, mas todas as colecções etnográficas pertencentes ao Estado, como manifestação patriótica da expansão francesa e do interesse francês pela ciência etnográfica. Como, com uma interessante discussão de Hamy e o arquitecto Viollet-Le-Duc sobre as relação entre o edifício e a apresentação das colecções, o Museu acabou por ser instalado no Palácio do Trocadéro, esvaziado da Exposição. Como Hamy e A. Landrin, ambos colaboradores da Exposição Universal, serão os primeiros conservadores nomeados.

#### *«Selvagens», «Primitivos», «Populares»*

Das cinco colecções existentes, geograficamente definidas, a americana e a europeia merecem uma maior atenção da autora do que as africanas, oceanica e asiática. Por razões que torna claras: são só as mais numerosas, como serão o centro das atenções dos dois conservadores — Hamy para as primeiras, Landrin para as segundas; sendo curioso acrescentar que a história se repete para os autores da reformulação de 1928, Rivet (americanista) e G.H. Rivière (etnografia da França). Aponta para isso razões de ordem patriótica e de legitimação científica. Mas sobretudo, os debates que em torno delas se travarão, são particularmente interessantes na delimitação e definição da nova disciplina.

No caso das colecções americanas (Pré-colombianas) é relevado o facto de os estudos americanistas, por mediação da arqueologia, terem então atingido um grau de cientificidade e de institucionalização que os constituem como paradigma e caução legitimadora; enquanto a dos Americanistas se funda em 1895, as Sociedades de Africanistas e Oceanistas só aparecerão depois dos anos 1920. Mais uma vez, é no terreno, sempre minado, da dicotomia objecto etnográfico/objecto artístico que a discussão se desenrola, tendo como alvo as colecções do Museu Americano do Louvre: devem permanecer aí, como obras de um passado extinto e como obras de arte, ou devem transitar para o novo museu etnográfico, como objectos etnográficos? Ao fim de oito anos de discussões, vencem os defensores da sua deslocação; o próprio Ministro da Instrução Pública entrara na polémica, para esclarecer: «O Parlamento, ao votar o orçamento necessário para a instalação e manutenção das colecções etnográficas que serão reunidas no Trocadéro, quis fazer, para a história dos usos e dos costumes dos povos de todas as épocas, o que o Museu do Louvre realiza tão bem no que se refere às suas artes.»(1880).

Quanto às colecções europeias, são pobres as da Europa do Norte e do Sul, mais ricas as dos países eslavos. Mas é sobretudo a França que é contemplada. A colecção inicial é sobretudo da Bretanha, supostamente tradicionalista e conservadora dos seus usos e costumes, lugar de eleição dos folcloristas desde o século XVIII. Na continuação das preocupações da Académie Celtique, a Etnografia da França e da Europa, será definida como salvaguarda do passado, busca do tradicional (não-moderno), que será popular (não-erudito), e rural (não-urbano). Fortemente condicionada por imperativos de ordem patriótica, esta busca do passado aproxima demasiado a etnografia da arqueologia. E desconfio mesmo que essa aproximação, com outro recorte, se mantém na concepção do Museu de Tradições populares que Landrin queria para si em 1889, na linha do que os escandinavos vinham fazendo desde há cinquenta anos. Porém, a separação das colecções francesas e a criação de um outro museu, o Musée National des Arts et Traditions Populaires, só se fará em 1937, ano da criação também do novo Musée de l'Homme. A redefinição recente da cultura como património, feita por I. Chiva (1990), e a sua elaboração do conceito de «património etnológico» como o objecto da etnologia da França, reafirma essa opção. E, curiosamente, o sucessor de Rivière no *MNATP*, vem constatar essa hipoteca; num texto chamado «Que faire des arts et traditions populaires», J. Cuisenier (1991) aponta o dilema que se coloca: ou se mantém voltado para as actividades do passado e as que o prolongam ininterruptamente, e neste caso a «etnografia deixa progressivamente de ser a disciplina científica de orientação para se substituir pela história, a dialectologia e a arqueologia»; ou então as «artes e tradições populares» terão de passar a ser «artes da prática social quotidiana», e a interessar-se pelas actividades e objectos que «na vida contemporânea distinguem os grupos sociais e as sociedades locais, os que oferecem a ambos os meios de se identificarem e fazerem reconhecer», e a familiarizar-se com produtos industriais, de consumo de massa, mediáticos, o turismo, etc. Coisa que, de resto, os tão admirados museus escandinavos fazem desde 1930 (M. Segalen, 1991).

Se as colecções africanas e da Oceania são pouco numerosas (por razões várias, entre as quais a de não serem ainda de interesse artístico, sem coleccionadores, portanto) e pouco merecedoras da atenção dos responsáveis, as asiáticas serão transferidas logo em 1890 para o *Museu Guimet* — o orientalismo é reivindicado por outras disciplinas, e a etnografia desiste. Serão reintegradas com a reforma de Rivet e Rivière em 1928.

#### *Percurso da Exposição, Sistema de Classificação, Teoria*

O capítulo termina com uma perspectiva geral do Museu. O impacto inicial junto dos seus públicos, a relação com os poderes públicos, a sua situação financeira, o ritmo das suas aquisições até ao início do século XX. Faz ainda uma excelente reconstituição do percurso pelas salas de exposição, indicando os instrumentos usados, diferenciadamente, para as diversas colecções (vitrinas, panóplias, troféus, manequins, cenas), e a sua correspondência com as divisões do sistema classificatório de Hamy. E, reflectindo sobre o percurso definido na exposição, mostra como demonstra bem a ideia da unidade da espécie humana, tão cara a Hamy: entrava-se por uma sala, dava-se a volta, e acabava-se na mesma sala da partida. A necessidades idênticas em todos os povos, respondem objectos; estes são documentos por excelência da cultura dos povos, selvagem, pré-histórica e popular. A nova disciplina confunde-se com o estudo da cultura material, que define as suas problemáticas e métodos de investigação. Os objectos, classificados em termos da forma externa pela sua utilidade prática, são os documentos das etapas percorridas pelo homem. O seu estudo, permitindo ilustrar teorias sobre as origens da humanidade, as deslocações dos povos antigos, ou as relações entre povos separados no espaço, também suscitará as suas questões e permitirá experimentar e testar as suas hipóteses. A classificação, em termos históricos, geográficos ou evolutivos, constituía-se como finalidade em si.

Esse estatuto do objecto etnográfico como documento e ilustração manter-se-á em França até aos anos 1930. A sua transformação em «objet-témoin» por Rivet e Rivière, parece-me porém não avançar muito em relação às propostas de Boas, na sua polémica com Mason em 1897. Tal como com o «objet-témoin», a eleição boasiana do sentido do objecto como critério, exige investigação de campo.

#### *Uma Carreira Modelo: Ernest-Théodore Hamy*

A diversidade de actividades e da obra do fundador do Trocadéro, só aparentemente é dispersiva. Ela dá corpo à própria natureza da antropologia geral na França da segunda metade do século XIX, como uma «ciência de síntese». «Os seus estudos de medicina conduzem-no à antropologia física e, paralelamente, na linha dos trabalhos dos paleontólogos, interroga-se sobre as ossadas humanas dos tempos pré-históricos. Todavia não só as ossadas atraem a sua atenção; também os produtos da mão do homem, os objectos, suscitam o seu interesse; para os compreender, comparou-os com os das populações 'primitivas', estabelecendo assim uma filiação

entre as populações antigas da Europa e os povos 'selvagens'. O estudo dos artefactos leva-o a adoptar uma perspectiva comparativa e a procurar esclarecer a questão da origem das raças humanas; se o estudo anatómico é uma das vertentes desta investigação, as colecções etnográficas são outra».

\*\*\*

Além das contribuições que dá para a história da antropologia francesa e para a história do estudo antropológico da cultura material, que são certamente significativas e fecundas, proporia porém um outro uso deste livro de Nélia Dias. Um uso interessado em explorá-lo para pensar hoje o estudo antropológico das manifestações materiais da vida social; para afastar definitivamente qualquer tentação de revivalismo. Ao aclarar a sua configuração no século passado ele dá-nos também a vêr o que não podemos continuar, impensadamente, a fazer.

### Bibliografia

- Chiva, I. 1990. Le patrimoine ethnologique: l'exemple de la France. *Encyclopædia Universalis*. Symposium.
- Clifford, J. 1981. On Ethographic Surrealism. *Comparative Studies in Society and History*, 23.
- Clifford, J. 1985. Objects and Selves: An Afterword. In Stocking, G. (ed). *Objects and Others: Essays in Museums and Material Culture*. Madison, University of Wisconsin Press.
- Clifford, J. 1988. On Collecting Art and Culture. *The Predicament of Culture*. Cambridge, Harvard University Press.
- Cuisenier, J. 1991. Que faire des arts et traditions populaires?. *Débat*:65.
- Jamin, J. 1989. Le musée d'ethnographie en 1930. In *La Muséologie Selon Georges Henri Rivière*. Paris, Dunod.
- Lenclud, G. 1986. En être ou ne pas en être. L'anthropologie sociale et les sociétés complexes. *L'Homme*, 97-98.
- Rubin, W. 1984. Modernist Primitivism: an Introduction. «Primitivism» in *20th Century Art*. New York: Museum of Modern Art.
- Segalen, M. 1991. L'ethnologie de l'Europe du Nord. In Bonte, P.; Izardo, M. *Dictionnaire de l'Ethnologie et de l'Anthropologie*. Paris, PUF.